

# Líder do PDT acusa Édison Lobão de ser o "pianista" da fraude

Arquivo 7/03/80

O líder do PDT na Constituinte, deputado Brandão Monteiro (RJ) acusou ontem o senador Édison Lobão (PFL-MA) de ser o fraudador na votação em plenário do último dia 9 de fevereiro ao ter votado no lugar do deputado Sarney Filho (PFL-MA). "A fotografia demonstra que é Edison Lobão", afirmou Brandão após examinar uma foto cedida pelo jornal "Folha de S. Paulo" e constante do relatório entregue ontem pela Comissão de Sindicância instituída pela Mesa da Constituinte para apurar o caso.

Na foto, — entregue a Brandão por Virgílio Távora, presidente da Comissão e pelo deputado Jorge Arbage — um pouco escura, aparece a silhueta de costas de um constituinte — e provável autor da fraude — ao lado do deputado Ângelo Magalhães (PFL-BA). Segundo Brandão, a cabeleira farta e grisalha "prova ser Lobão". O líder do PDT que é advogado criminal, sugeriu que seja feita uma ampliação fotográfica das costas dos 26 constituintes que naquele dia votaram no posto avulso do plenário e compará-las com a do jornal.

Lobão, por sua vez, considerou "uma indignidade" a acusação, acrescentando que como não tinha conhecimento do parecer da Comissão, se reservava o direito de, apenas hoje, dar a devida resposta. Mas Távora já adiantou que Lobão não será chamado por falta de provas.

## Desafio

O relatório, inconclusivo, não identifica, o autor da fraude, mesmo depois da Comissão ter tomado os depoimentos dos constituintes que se encontravam nas bancadas próximas onde o "pianista" teria digitado o código secreto de Sarney Filho, dirigindo-se posteriormente para um dos postos avulsos do plenário, para então, registrar o seu próprio voto.

A Comissão viu também, sem resultado, os teipes das emissoras de televisão e fotografias dos jornais.

Os constituintes ouvidos, os deputados Ângelo Magalhães (PFL-BA), Afif Domingos (PL-SP) e José Teixeira (PFL-MA) afirmaram à Comissão que não se lembravam quem estava ao seu lado. Ângelo Magalhães, que é irmão do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, reiterou ontem que passadas várias semanas do episódio, é praticamente impossível recordar-se quem estava a seu lado. Brincando, desafiou Brandão Monteiro a lembrar a matéria votada na hora da fraude. Para o deputado, a única forma de se evitar fraude em plenário, seria o uso de cartão magnético semelhante aqueles usados nas agências bancárias.

## Cassação

Praticamente todas as lideranças no Congresso acreditam que a Casa sai comprometida após o episódio da fraude. Um dos líderes do Centrão, deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) diz entretanto, que isto não é justo, pois 559 constituintes não podem pagar pelo erro de um. O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), diz que todo episódio censurável fatalmente atinge a instituição, mas que nem por isso, todos os constituintes devem ser considerados burladores.

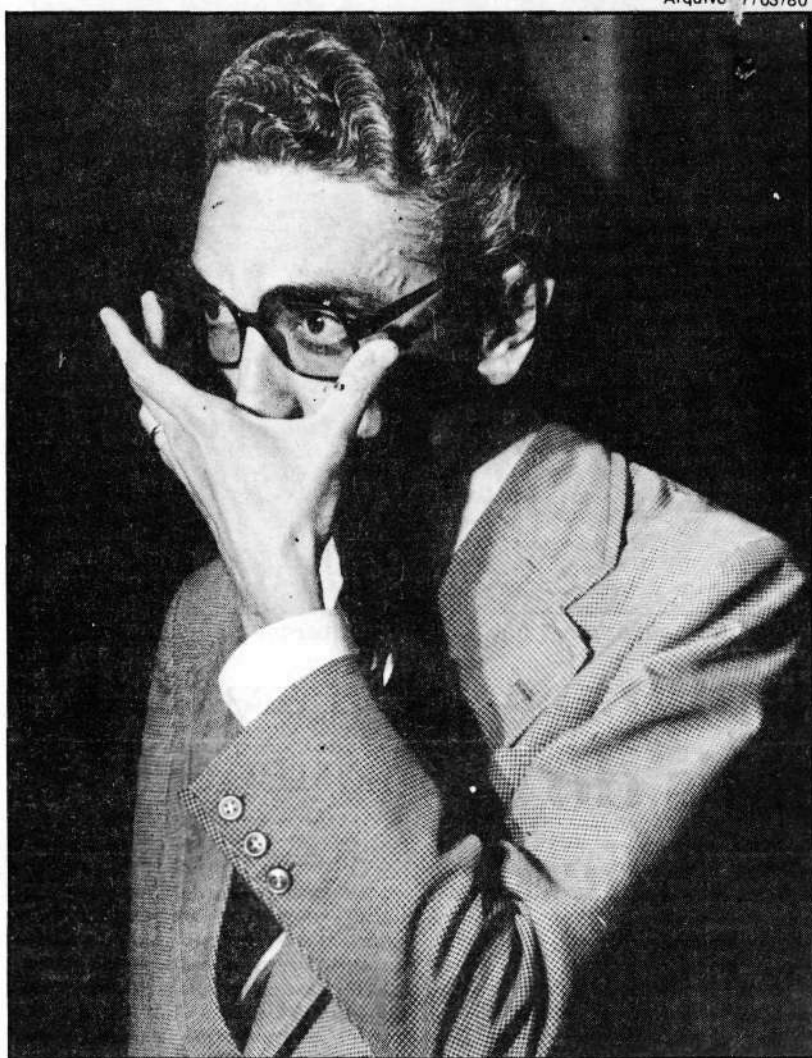
O vice-líder do PFL, deputado Alcení Guerra (PR), também concorda com Righi e acrescenta que não se pode esperar que a população cumpra as leis da Constituição, se a própria Casa encarregada de elaborá-las apresenta fraudes.

## Padre é condenado por lesar "boa fé"

São Paulo — O ex-candidato a deputado federal pelo PDS nas eleições de 1986, Jair Pereira Pinto, o padre Jair, foi condenado à prestação de serviços à comunidade por dois anos, pelo crime de exploração da fé pública.

A decisão do juiz da 22ª Vara Criminal de São Paulo previa a pena máxima de um ano de detenção. Por ser réu primário, o juiz condenou a suspensão da pena, desde que nos próximos dois anos Jair Pereira Pinto deixe de se pronunciar através da imprensa e outros meios sobre a realização de curas milagrosas, e se dedique a atividades que ainda serão determinadas e que estarão sob a fiscalização do Judiciário.

O ex-candidato foi indiciado por lesar a boa-fé pública, após ter sido preso em flagrante na prática de curandeirismo.



Lobão prometeu responder hoje as acusações do líder do PTB

## Constituinte retoma a luta sobre sistema

Os parlamentaristas da Assembléia Nacional Constituinte, à frente dos quais estão o senador José Richa (PMDB-PR) e a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), mapearam mais de 280 nomes de constituintes favoráveis à introdução do sistema parlamentarista de governo, a partir do próximo ano. Mas, presidencialistas convictos, como o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, continuam a não acreditar na vitória do sistema de gabinete.

"Trata-se" — comentou Passarinho, referindo-se à euforia parlamentarista — "de uma estratégia das forças de esquerda na Constituinte, diante da perspectiva de recurso do Presidente da República ao Supremo Tribunal Federal contra a possibilidade de redução do mandato presidencial a quatro anos."

Mesmo presidencialistas até então inflexíveis, como a deputada Cristina Tavares (PE), reconheciam que o parlamentarismo se fortalecera bastante, em razão da crise com que se defronta o presidencialismo brasileiro. Praticamente todos os peemedebistas eram de opinião que o sistema presidencialista havia fracassado e não há mais, no País, condições de impor soluções políticas carismáticas, tão comuns no presidencialismo.

Para o senador Marcondes Gadelha, do PFL paraibano, parlamentarista, o parlamentarismo vai impor-se à Assembléia "não por alguns votos, mas quase por consenso".

## Tendência

Do ponto de vista prático, a votação dessa matéria dar-se-á dentro de no máximo três semanas. A tendência indicada pelos parlamentaristas é a vitória do novo sistema, porém em sua forma pura, e não nos termos da emenda do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), que admite o presidencialismo parlamentarizado, com um primeiro-ministro escolhido pelo Presidente e demissíveis apenas pelo voto de dois terços do Parlamento.

No PMDB, como a solução do presidencialismo mitigado conta com o apoio do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, afirmam alguns peemedebistas que o dirigente partidário, na realidade, está jogando com as duas hipóteses implícitas nessa proposta, pois tanto poderá candidatar-se a Presidente da República, quanto habilitar-se a ser primeiro-ministro.

A possibilidade de se aprovar a convocação de eleições presidenciais para noventa dias após a promulgação da futura Carta, conforme emenda apresentada pelo deputado Jorge Hage (PMDB-BA), era considerada, ontem, bastante remota. Uma vez que Ulysses tenha conseguido dinamizar o andamento da Constituinte, a futura Constituição deverá estar pronta, o mais tardar, até o final do mês de abril próximo, a tempo, portanto, de se promover a sucessão presidencial no ano corrente.

## Propósitos

Os propósitos que constituintes peemedebistas atribuíam ao presidente José Sarney, de dividir, primeiro, o PMDB; depois de jogar as Forças Armadas contra a Constituinte, afinal de atirar o Judiciário contra a Assembléia, haviam fracassado, na avaliação de quase todos. Isolado como se encontra, não restaria ao presidente Sarney — no entender dos peemedebistas que assim pensam — outra saída se não desistir de influenciar a Constituinte, fazendo-a assegurar-lhe cinco anos de mandato. A opção pelo mandato de quatro anos, a ser fixada para o atual e futuros presidentes, era considerada definitiva, com presidencialismo ou parlamentarismo. Nas avaliações internas no PMDB, sobretudo nos círculos da liderança partidária, a impressão dominante era a de que não se devia esticar demais a corda, para não arreventá-la, criando uma crise que poderia comprometer o processo de transição, já delineado e que prevê a substituição de Sarney na Presidência da República apenas no começo de 1989.